



PROVA 2014.2

INSTRUÇÕES GERAIS – LEITURA OBRIGATÓRIA

1. Você está recebendo o caderno de prova que contém em suas páginas 100 questões objetivas. Confira o caderno e se ele não estiver completo chame o fiscal.
2. Você está recebendo também um cartão-resposta contendo 100 questões, o qual **NÃO PODE SER SUBSTITUÍDO**. Portanto, somente marque a resposta quando você tiver certeza de que ela é correta.
3. O cartão-resposta não pode ser rasurado, sob pena de anulação das respostas.
4. Você deve marcar apenas uma letra em cada questão objetiva.
5. Para evitar possíveis enganos no preenchimento do cartão-resposta, anote primeiro as alternativas que você julgou corretas no próprio caderno de prova. Depois, marque-as no cartão-resposta.
6. Não é admitido o uso de material estranho ao caderno de prova, mesmo para rascunho, nem se permitirá qualquer comunicação entre os candidatos.
7. Ao final da prova você deverá devolver ao fiscal o cartão-resposta devidamente assinado no local indicado.
8. A duração da prova é de 4 (quatro) horas. A saída do candidato só será permitida após transcorridas 2 (duas) horas do início da mesma. Os três últimos candidatos a terminarem a prova deverão retirar-se da sala simultaneamente.
9. No dia 28 de novembro de 2014, após as 23 horas, será publicado o gabarito da prova semestral.
10. O dia 1º de dezembro de 2014 (até às 12 horas) é a data limite para o envio de recursos da prova final. Os recursos deverão ser enviados para o e-mail: secretaria@esmesc.org.br.

BOA PROVA!

Florianópolis, 28 de novembro de 2014

1. Em relação as normas constitucionais é correto afirmar:

- a) As normas presentes no preâmbulo, na parte dogmática e nos atos das disposições constitucionais transitórias possuem o mesmo nível de eficácia jurídica.
- b) Os Atos das Disposições Constitucionais Transitórias representam limitações formais ao Poder Constituinte Derivado, não podendo ser objeto de criação por emenda a Constituição.
- c) As normas de eficácia limitada nascem com eficácia plena e admitem, conforme previsto no texto constitucional, a edição de legislação infraconstitucional complementar que tenha por objetivo aumentar sua eficácia, estabelecendo os direitos ali previstos.
- d) As normas de eficácia contida nascem com eficácia plena e admitem, conforme previsto no texto constitucional, a edição de legislação que venha a restringir os efeitos previstos no texto constitucional.

2. Assinale a alternativa correta:

- a) O princípio da igualdade é um postulado fundamental, que vincula incondicionalmente todas as manifestações do Poder Público, tendo a precípua função de obstar discriminações desproporcionais e extinguir privilégios.
- b) O direito de liberdade de reunião é considerado como sendo somente um direito coletivo, podendo ser exercido individualmente ou por grupos de pessoas.
- c) A inviolabilidade de domicílio, presente no art. 5º XI da CF/88 não alcança o escritório profissional particular de dentista, médico ou advogado.
- d) Conforme o princípio da separação de poderes, presente no art. 2º da CF/88, existe possibilidade que os poderes realizem entre si controle amplo e irrestrito tanto das funções típicas como atípicas.

3. Em relação às medidas provisórias, assinale a alternativa correta:

- a) É permitida a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- b) A deliberação de cada uma das Casas do Congresso Nacional sobre o mérito das medidas provisórias dependerá de juízo prévio sobre o atendimento de seus pressupostos constitucionais.
- c) As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal.
- d) É vedada a edição de medida provisória sobre matéria reservada a lei complementar ou lei ordinária

4. Em relação à competência concorrente assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- b) Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer a competência legislativa plena, podendo legislar apenas para atender pontos específicos do que não lhe for vedado pela Constituição.
- c) A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- d) A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

5. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O plebiscito está previsto no art. 14 da CF/88 e é considerado como instrumento de democracia direta.
- b) Conforme presente na Constituição Brasileira de 1988 os partidos políticos possuem personalidade jurídica conforme a lei civil, sendo portanto pessoas jurídicas de direito privado .
- c) Irmão do Presidente da República poderá ser candidato a vereador no município de Florianópolis.
- d) As idades mínimas, previstas no art. 14, § 3º, VI, para concorrer a cargos eletivos são consideradas na data da posse do eleito.

6. São cargos privativos de brasileiro nato os cargos:

- a) Presidente e Vice-Presidente da República;
- b) Presidente e vice- presidente da Câmara dos Deputados;
- c) Presidente e vice- presidente do Senado Federal;
- d) Ministro do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal Militar;

7. Em relação à intervenção federal é correto afirmar que:

- a) Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no prazo de cinco dias úteis.
- b) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, mesmo existindo impedimento legal.
- c) A união não poderá intervir em municípios localizados em estados- membros e em territórios federais.
- d) O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

8. Em relação ao previsto pela Constituição Federal de 1988 no tocante ao poder executivo é correto afirmar:

- a) A eleição do presidente e do vice, em qualquer hipótese, é realizada diretamente, em dois turnos de votação.
- b) Em havendo vacância dos cargos de presidente e vice da república assume o cargo o presidente do congresso nacional.
- c) Compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- d) O Presidente da República pode ser retirado do cargo por crimes de responsabilidade, necessitando para tanto de condenação anterior na esfera penal para posterior julgamento por parte do congresso nacional.

9. Sobre o processo legislativo é correto afirmar:

- a) O veto presidencial constitui um momento de controle repressivo de controle de constitucionalidade.
- b) A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- c) O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em dois turnos de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.
- d) As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que independe de autorização do Congresso Nacional, que se manifesta apenas quando expressamente previsto pelo Constituição Federal.

10. As cláusulas pétreas são consideradas como limites ao poder de:

- a) decretação de intervenção federal, pelo Presidente da República.
- b) elaboração da nova Constituição, pelo Poder Constituinte Derivado reformador.
- c) decretação de estado de sítio, pelo Presidente da República.
- d) alteração da Constituição por meio de emendas constitucionais, pelo Poder Constituinte Derivado.

DIREITO CIVIL

11. Com relação à publicação para corrigir texto de lei publicado com incorreção:

- a) Não haverá novo prazo de *vacatio legis* depois da nova publicação, se ocorrer antes de a lei ter entrado em vigor.
- b) Tratando-se de lei já em vigor, as correções consideram-se lei nova.
- c) Não se considerarão lei nova as correções, tenha ou não já entrado em vigor o texto incorreto.
- d) Deverá, necessariamente, ser estabelecido um prazo para sua nova entrada em vigor, além de disciplinar as relações jurídicas estabelecidas antes da nova publicação.

12. Assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos da personalidade dizem respeito à aptidão genérica das pessoas de serem titulares de direitos e deveres na ordem civil.
- b) A emancipação do menor de 16 anos de idade, em qualquer caso, depende de homologação judicial.
- c) Os deficientes mentais de discernimento reduzido são considerados relativamente incapazes pelo Código Civil.
- d) O ausente que desaparece de seu domicílio sem deixar notícias é considerado absolutamente incapaz pelo Código Civil vigente.

13. Sobre o Direito de Família e os aspectos do casamento, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O pacto antenupcial só terá validade quando celebrado por escritura pública e sua eficácia está condicionada ao posterior enlace matrimonial.
- b) É anulável o casamento realizado por autoridade absolutamente incompetente.
- c) É possível a alteração do regime de bens no curso do casamento, desde que autorizado judicialmente, devendo tal pedido ser feito de maneira motivada por ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas, e ressalvados os direitos de terceiros.
- d) As causas suspensivas do casamento não impedem a caracterização da união estável.

14. Sobre o Direito Sucessório, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de representação se dá nas linhas descendente e ascendente.
- b) O renunciante à herança de uma pessoa poderá representá-la na sucessão de outra.
- c) Havendo necessidade, podem-se criar outras modalidades de testamentos especiais, por meio de escritura pública.
- d) O direito de pleitear a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão.

15. Quanto à usucapião é correto afirmar:

- a) É possível adquirir usufruto por usucapião.
- b) O invasor de terreno jamais poderá usucapi-lo por causa da violência.
- c) A usucapião especial rural admite a modalidade coletiva.
- d) O prazo de usucapião especial urbana com justo título e boa fé é de 03 (três) anos.

16. No caso de propriedade é correto afirmar:

- a) Nos imóveis rurais pode-se construir até a divisa e assentar meio tijolo no terreno vizinho.
- b) O Direito brasileiro não conhece a figura de aqueduto forçado.
- c) A ação demarcatória é pertinente ao direito de vizinhança, mas isso não influi no rateio de despesas e custas.
- d) Quem tiver sido condenado a tolerar as interferências no direito de vizinhança poderá exigir sua redução ou eliminação, quando se tornarem possíveis.

17. No caso de posse é correto afirmar:

- a) O possuidor de má-fé nunca tem direito a interdito proibitório.
- b) O legatário que ignorava o vício da posse do autor da herança pode ser beneficiado pela boa-fé.
- c) Se todos os compossuidores assumirem a obrigação em conjunto, o credor pode cobrar o preço total de qualquer um deles, em face da comunhão.
- d) O possuidor de má-fé não tem direito de retenção no caso de benfeitorias necessárias e úteis.

18. É um pacto acessório pelo quais as próprias partes contratantes estipulam, de antemão, pena pecuniária ou não contra a parte infrigente da obrigação, como consequência de sua inexecução culposa ou de seu retardamento, fixando, assim, o valor das perdas e danos e garantindo o exato cumprimento da obrigação principal. Esse instituto jurídico trata-se de:

- a) Cláusula Penal
- b) Arras Confirmatórias
- c) Arras Penitenciais
- d) Cláusula Resolutiva Tácita

19. Quanto às obrigações, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O inadimplemento se dá quando faltar a prestação devida, isto é, quando o devedor não a cumprir, voluntária ou involuntariamente.
- b) Se a dívida não foi estabelecida a termo (com data certa), a mora se constituirá se credor interpelar judicialmente ou extrajudicialmente o devedor.
- c) Obrigações condicionais são aquelas que para poderem ser cobradas dependem de um evento futuro e certo.
- d) O terceiro não interessado, que paga dívida em seu próprio nome, tem direito a se reembolsar do que despendeu.

20. Sobre a responsabilidade civil, analise as seguintes proposições:

- I – O dano moral, por ocorrer *in re ipsa*, independe de prova do prejuízo.
- II – O Código Civil estabelece como regra a responsabilidade civil subjetiva, albergando a objetiva nos casos prescritos em lei e com base na teoria do risco.
- III – A simples devolução indevida de cheque caracteriza dano moral.
- IV – Nos casos de acidente de trânsito, o valor do seguro obrigatório não deve ser deduzido da indenização judicialmente fixada.

Estão CORRETAS as alternativas:

- a) I, III e IV
- b) I, II e III
- c) II, III e IV
- d) I, II e IV

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. A existência e a validade da citação constituem pressupostos processuais que visam tornar regular a relação entre as partes do processo e o Estado juiz. Sobre esse pressuposto, assinale a alternativa correta:

- a) a citação válida é pressuposto processual absoluto, ou seja, não existirá relação processual válida sem ela.
- b) sempre que a citação por oficial de justiça restar frustrada, o juiz determinará automaticamente a citação por edital.
- c) Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as ações fundadas em dívidas contraídas pelo marido a bem da família, mas cuja execução tenha de recair sobre o produto do trabalho da mulher ou os seus bens reservados.
- d) nas ações que envolvam condomínio como massa patrimonial sem personalidade jurídica própria, a citação de condôminos é dispensável, pois lhe assiste capacidade de ser parte.

22. Sobre a audiência de instrução e julgamento, assinale a alternativa correta:

- a) o juiz e o representante do Ministério Público exercem poder de polícia.
- b) a audiência será una, mas divisível caso não se possa concluir os trabalhos em um único dia.
- c) o juiz não tomará a iniciativa de conciliar as partes, pois isso é objeto exclusivo da audiência de conciliação.
- d) o primeiro a ser ouvido será, sempre, o autor em depoimento pessoal.

23. Fulano é condenado criminalmente por ter agredido Beltrano e lhe causado lesões corporais graves. A sentença transitou em julgado e, nela, o juízo criminal previu a obrigatoriedade de o réu indenizar a vítima em R\$20.000,00 a título de danos morais. Beltrano, porém, ficou permanentemente incapacitado para o trabalho.

Considerando o enunciado acima, assinale a alternativa correta:

- a) caso Beltrano queira receber os valores dispostos na sentença penal e mais uma pensão vitalícia pela incapacidade laboral, poderá propor a execução cível dessa sentença penal e, em autos apartados, a liquidação dos valores que correspondem à indenização não aventada no título executivo.
- b) Beltrano deverá propor ação de conhecimento, indenizatória, para que o juízo cível profira uma condenação a indenizar; afinal, o que não está no título não poderá ser executado.
- c) por ter transitado em julgado, a sentença fez coisa julgada material, o que impede a Beltrano pleitear em juízo a pensão vitalícia, pois os limites da indenização já foram definidos em sentença de mérito.
- d) a única opção de Beltrano será executar a sentença penal condenatória para receber, somente, os R\$20.000,00 constantes no dispositivo.

24. Sobre os títulos executivos, assinale a alternativa correta:

- a) as partes podem criar espécies de títulos executivos não previstas em lei por consenso, desde que não seja objeto de contrato de adesão ou referente a relação de consumo.
- b) o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial constitui título executivo judicial.
- c) as sentenças proferidas nas ações que tramitem perante os Juizados Especiais Cíveis deverão, necessariamente, ser líquidas.
- d) a sentença estrangeira homologada pelo Supremo Tribunal Federal é executada perante a Justiça Federal.

25. Quais os recursos admissíveis no primeiro grau de jurisdição?

Assinale a alternativa correta:

- a) Apelação e agravo de instrumento;
- b) Agravo de Instrumento e embargos infringentes;
- c) Agravo, Apelação e embargos infringentes;
- d) Apelação, Agravo e embargos de declaração.

26. Quais os pressupostos objetivos do recurso?

Assinale a alternativa correta:

- a) A recorribilidade da decisão; a tempestividade do recurso e a motivação.
- b) A recorribilidade da decisão; a tempestividade do recurso; a singularidade do recurso; a adequação do recurso e o preparo.
- c) A recorribilidade da decisão; a tempestividade do recurso; a singularidade do recurso; a adequação do recurso; o preparo; a motivação e a forma.
- d) A tempestividade do recurso; a motivação; o preparo e a forma.

27. O sistema processual civil brasileiro admite a interposição de Agravo Oral Retido? Admite-se, quando ele é possível?

Assinale as alternativas correta;

- a) O Código de Processo Civil Brasileiro não admite a interposição de agravo oral.
- b) O CPC admite a interposição de agravo oral quando se tratar de audiência de instrução e julgamento, em que as questões solucionadas incidentalmente são, em regra, mais singelas.
- c) O CPC admite a interposição de agravo oral de qualquer decisão interlocutória.
- d) O CPC admite a interposição de agravo oral quando a sentença for proferida em audiência.

28. Em relação ao procedimento aplicado ao inventário e partilha, assinale a alternativa correta:

- a) No arrolamento, não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, pagamento ou quitação de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.
- b) Nos autos da ação de inventário, após a nomeação judicial de inventariante, este prestará o compromisso legal, mas não poderá, em hipótese alguma, ser removido do cargo, por se tratar de indicação da confiança do Juízo.
- c) A intimação da Fazenda Pública para manifestação em ação de inventário é facultativa, independentemente do valor atribuído aos bens integrantes do espólio.
- d) Inexistindo bens integrantes do espólio suficientes para a satisfação de dívida contraída pelo falecido, estas serão herdadas por seus herdeiros, cabendo ao credor a cobrança somente após a efetivação da partilha.

29. Sobre a ação de consignação em pagamento, assinale a alternativa correta.

- a) Havendo dúvida sobre quem legitimamente deva receber o pagamento, o devedor para ver-se liberado da obrigação poderá valer-se de ação de consignação em pagamento, requerendo o depósito do numerário e promovendo a citação de todos que disputam o crédito, formando um litisconsórcio passivo, porém facultativo, porquanto cabe ao autor escolher quem será o credor.

- b) Se a ação se fundar, apenas, na dúvida sobre quem deva legitimamente receber o valor consignado, caso seja autorizado o depósito judicial, não pode o juiz extinguir a obrigação do devedor, quando mais de um réu contestar a ação, diante da necessidade de se verificar o legítimo credor.
- c) Em se tratando de obrigação de trato sucessivo, havendo prestações periódicas, tendo o Juiz deferida a consignação em pagamento da primeira parcela, o devedor pode continuar a consignar as demais parcelas nos mesmos autos, sem a necessidade de nova ação, desde que os depósitos sejam realizados em até 5 (cinco) dias, contados da data de cada vencimento.
- d) A competência para a ação de consignação em pagamento é sempre do lugar do pagamento, independentemente de se tratar de obrigação do devedor de pagar quantia certa, ou de entregar coisa previamente definida.

30. Sobre o procedimento monitório é correto afirmar:

- a) A prova escrita que embasa a ação monitória não pode constituir título executivo, razão pela qual se admite a cobrança de valor indicado em cheque prescrito, conforme entendimento sumulado pelo STJ.
- b) Constituído de pleno direito o título executivo, seja por ausência de interposição de embargos monitórios ou pela sua rejeição, a execução dar-se-á por meio de ação de execução de título extrajudicial, sendo inaplicáveis os dispositivos inerentes ao cumprimento de sentença.
- c) A interposição de embargos monitórios não possui efeito suspensivo, de maneira que é possível o cumprimento do mandado monitório, salvo se o Juiz acolher pleito do embargante quanto à relevância da fundamentação e considerar que o prosseguimento da ação monitória causará grave dano de difícil ou incerta reparação ao embargante.
- d) Segundo entendimento sumulado pelo STJ, é incabível ação monitória contra a Fazenda Pública, posto que esta espécie de ação é logicamente incompatível com o regime de precatório ou de requisição de pequeno valor, a que estão submetidas as execuções contra as pessoas jurídicas de direito público.

DIREITO PENAL

31. A destinação da pena de multa é:

- a) Despesas pessoais do apenado.
- b) Indenização da vítima.
- c) O Fundo Penitenciário Nacional.
- d) Formação de pecúlio a ser resgatado pelo apenado quando de sua liberdade.

32. No que se refere ao lapso prescricional, é correto afirmar:

- a) É diminuído de $\frac{1}{2}$ quando o apenado era menor de 21 anos ao tempo do crime.
- b) É diminuído de $\frac{1}{3}$ quando o apenado era menor de 21 anos ao tempo da sentença.
- c) É diminuído de $\frac{1}{3}$ quando o apenado era menor de 21 anos ao tempo do crime.
- d) É acrescido de $\frac{1}{3}$ sempre que o apenado é reincidente.

33. Maurício, primário, foi condenado ao cumprimento de 2 anos e 6 meses de pena restritiva de direitos, pela prática de furto qualificado. Nada se sabe que desabone sua conduta. Obterá seu livramento condicional:

- a) Após cumprir $\frac{1}{3}$ da pena.
- b) Após cumprir $\frac{1}{2}$ da pena.
- c) Após cumprir $\frac{2}{3}$ da pena.
- d) Maurício não faz jus ao livramento condicional.

34. Neusa é uma enfermeira particular de pessoas idosas e doentes. Uma de suas pacientes é Dona Hilda, senhora riquíssima e sem herdeiros conhecidos. Dona Hilda decide deixar grande parte de sua fortuna para Neusa. Ao saber disto, Neusa vê na situação a chance de se livrar de seus problemas financeiros. Para não deixar suspeitas, resolve deixar de medicar Dona Hilda da maneira devida, abstando-se de lhe administrar os medicamentos que a mantém viva. Dona Hilda começa a definhar. O

médico responsável, contudo, nota o problema e consegue reverter a situação, afastando Neusa dos cuidados para com a idosa. A conduta de Neusa pode ser tipificada como:

- a) Tentativa de homicídio culposo.
- b) Neusa não praticou qualquer fato típico.
- c) Tentativa de homicídio doloso.
- d) Lesão corporal.

35. Assinale a assertiva correta:

- a) O homicídio é crime instantâneo, de efeitos permanentes.
- b) O homicídio é um crime permanente.
- c) Todas as formas de homicídio são julgadas perante o Tribunal do Júri.
- d) É possível o homicídio ser classificado como omissivo puro.

36. Sobre o crime de peculato, pode-se afirmar:

- a) O Código Penal brasileiro contempla a modalidade de peculato de uso.
- b) O particular não poderá jamais ser sujeito ativo do crime de peculato.
- c) Sempre que um funcionário público subtrair um bem que não seja seu, ele estará praticando um crime de peculato.
- d) No caso do peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.

37. Assinale a assertiva correta:

- a) Se a vítima for pobre, qualquer forma de estupro se processará por ação penal pública condicionada à representação.
- b) Sempre que a vítima for vulnerável, o estupro se processará por ação penal pública incondicionada.
- c) Somente em caso de estupro de vulnerável, o processo correrá em segredo de Justiça.
- d) Toda forma de estupro se processará por ação penal pública condicionada à representação da vítima, mesmo que ocorra sua morte. Neste caso, a representação será feita por seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

38. Assinale a assertiva correta:

- a) No crime de favorecimento real, se quem presta o auxílio é ascendente, descendente, cônjuge ou irmão do criminoso, fica isento de pena.
- b) No crime de fraude processual, e a inovação se destina a produzir efeito em processo penal, ainda que não iniciado, as penas sofrem acréscimo de metade.
- c) No crime de Exercício arbitrário das próprias razões, se não há emprego de violência, somente se procede mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- d) No crime de falso testemunho, o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

39. O dentista, que no exercício de sua função, dá atestado odontológico falso comete o crime de:

- a) Falsidade ideológica.
- b) Falsificação de documento particular.
- c) Falsificação de documento público.
- d) Não comete crime algum, ante a falta de previsão legal específica de sua conduta.

40. Aquele que solicitar, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, pratica o crime de:

- a) Corrupção ativa.
- b) Concussão.
- c) Corrupção passiva.
- d) Excesso de exação.

41. O delito de desacato previsto no artigo 331 do Código Penal prevê pena de seis meses a dois anos de detenção ou multa. No tocante aos benefícios previstos na Lei n. 9.099/95, é correto afirmar (considere que o autor do fato é primário, sem antecedentes e sem processos em andamento):

- a) Incabível a suspensão condicional do processo, pois a pena máxima é de dois anos;
- b) Viável a transação penal, desde que negada, anteriormente, a possibilidade de suspensão condicional do processo;
- c) Em caso de prosseguimento do processo, o procedimento será o sumário previsto no Código de Processo Penal, tendo em vista ser considerado crime de menor potencial ofensivo;
- d) A suspensão condicional do processo é cabível, desde que a transação penal não tenha sido concretizada e o Ministério Público tenha oferecido a denúncia.

42. Em caso de homicídio consumado em uma comarca e com a ocultação do respectivo cadáver em comarca diversa, é correto afirmar sobre o julgamento a ser realizado após a sentença de pronúncia:

- a) Cada crime deverá ser julgado, separadamente, na comarca em que se consumou, pelo respectivo Tribunal do Júri;
- b) Ambos os crimes serão julgados na mesma comarca e na mesma ocasião, pelo Tribunal do Júri, tendo em vista a atração da competência do crime de ocultação pelo de homicídio;
- c) Ambos os crimes serão julgados na mesma comarca, sendo que apenas o delito de homicídio será julgado pelo Tribunal do Júri, já que o delito de ocultação de cadáver não é crime doloso contra a vida;
- d) Ambos os crimes serão julgados na mesma comarca e na mesma ocasião, pelo Tribunal do Júri, cabendo ao juiz, ante a conexão entre os delitos, formular uma única série de quesitos.

43. Sobre o procedimento dos crimes dolosos contra a vida é correto afirmar:

- a) Durante os debates, as partes podem se referir à sentença de pronúncia argumento de autoridade para prejudicar ou beneficiar o acusado, porquanto se trata de decisão constante dos autos;
- b) Os jurados podem fazer perguntas diretas às testemunhas e ao acusado;
- c) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação; no caso de pronúncia, a irresignação é o recurso em sentido estrito;
- d) Tratando-se de réu preso, é permitido, em qualquer caso, o uso de algemas durante o julgamento.

44. Sobre a prisão preventiva, com as alterações havidas após a reforma imposta pela Lei n. 12.403/2011, é INCORRETO afirmar:

- a) Deve ser vista como última medida ser tomada, cabendo ao juiz analisar, antes de tal providência, o cabimento das medidas cautelares diversas;
- b) Recebido o Auto de Prisão em Flagrante e, não sendo o caso de relaxamento, poderá o juiz verificar a necessidade de conversão da prisão em flagrante em preventiva;
- c) A liberdade provisória pode ser concedida com ou sem fiança, dependendo da condição econômica do réu preso;
- d) A liberdade provisória pode ser condicionada ou não a alguma medida cautelar diversa da prisão.

45. Sobre a sentença penal é INCORRETO afirmar:

- a) O juiz pode alterar a capitulação da denúncia mesmo sem ouvir as partes ou possibilitar eventual produção de provas, tendo em vista que o réu se defende apenas dos fatos narrados na inicial acusatória;
- b) No caso de mutatio libelli, quando Ministério Público não adita a denúncia, o juiz, ao discordar do órgão acusador e seguindo previsão legal, fará a remessa dos autos ao Procurador-Geral de Justiça. Tal proceder do juiz, entretanto, ofende o Sistema Acusatório, que delimita as funções de cada um dos atores no Processo Penal;
- c) O fundamento utilizado para absolver o réu tem importância quanto aos efeitos em eventual ação civil *ex delicto*;
- d) O princípio da correlação entre a denúncia e a sentença indica que o juiz não pode condenar o réu por fato não descrito na acusação.

46. Considerando os princípios que regem o processo penal, aponte a assertiva EQUIVOCADA:

- a) O estado de inocência veda a aplicação de qualquer medida cautelar em desfavor do acusado antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- b) Vigora no processo penal o princípio da identidade física do juiz.
- c) O favor rei importa na adoção do entendimento mais favorável ao réu no caso de dúvida quanto à aplicação de norma processual.
- d) O princípio da legalidade/obrigatoriedade vigora na ação penal pública incondicionada.

47. Em relação ao inquérito policial, escolha a alternativa correta:

- a) Somente pode ser instaurado para investigar crimes de ação penal pública incondicionada.
- b) Pode ser arquivado pela autoridade policial caso haja patente excludente de ilicitude.
- c) Por ser inquisitorial, é absolutamente sigiloso.
- d) É dispensável para a propositura da ação penal.

48. No que tange à ação civil *ex delicti*, indique a opção ERRÔNEA:

- a) O reconhecimento da prescrição da pretensão executória não impede a mera liquidação do quantum devido em sede de ação de reparação de danos contra o apenado.
- b) Somente a absolvição pela negativa absoluta de autoria impede a propositura da ação civil *ex delicti* contra o acusado.
- c) A morte do acusado, no curso da lide penal, não impede a propositura da ação de reparação de danos.
- d) Transitada em julgado a sentença penal condenatória, forma-se título executivo judicial em favor da vítima, bastando a esta apurar o valor devido em ação de reparação de danos.

49. Quanto à ação penal, marque a alternativa FALSA:

- a) Há espécie de ação penal privada em que somente a vítima, e ninguém mais, poderá oferecer queixa em relação ao fato dito delituoso.
- b) Vigora, na ação penal privada, o princípio da oportunidade.
- c) Desde que não recebida a denúncia, poderá haver retratação da representação no caso de ação penal pública condicionada, devendo então ser arquivada.
- d) O princípio da intranscendência é aplicável a todas as espécies de ação penal.

50. No tocante à chamada “prova emprestada” no processo penal, é correto afirmar em relação ao entendimento jurisprudencial majoritário:

- a) Somente pode ser assim inicialmente considerada se oriunda de processo onde litigaram as mesmas partes.
- b) Desde que, no processo de onde se originou, tenha havido o direito ao contraditório, desnecessário que sejam as mesmas partes litigantes em ambos os feitos.
- c) Pode ser tomada como única prova para fundamentar a sentença condenatória no processo em que fora aproveitada.
- d) Não é mais admitida por violar os princípios do juiz natural e da identidade física do juiz.

DIREITO ADMINISTRATIVO

51. No que toca aos princípios constitucionais administrativos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) Pelo princípio da responsabilização civil do Estado, o Poder Público responde pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sempre que demonstrada a conduta dolosa ou culposa dos agentes públicos.
- b) O princípio da autotutela administrativa assegura a possibilidade da Administração Pública anular seus próprios atos, bem como do Poder Judiciário, que também pode revogar os atos administrativos com base no princípio da autotutela da Administração.
- c) Os princípios da segurança jurídica e da boa-fé sempre prevalecem sobre o princípio da legalidade administrativa, o que afasta a prerrogativa de a Administração Pública anular seus atos, ressalvados apenas os casos de má-fé do beneficiário da atividade administrativa ilegal.

- d) No âmbito da atividade administrativa, como de resto em toda a atividade jurídica, não há como reconhecer a existência de um princípio constitucional absoluto, que deverá preponderar invariavelmente em todos os casos sob análise.

52. No que toca aos poderes da Administração Pública, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) O poder discricionário é a margem de liberdade deixada pela lei ao agente público para que, levando em conta razões de conveniência e oportunidade, possa decidir pela prática do melhor ato administrativo.
- b) Com base no poder de polícia, o agente público competente pode, depois de regular processo administrativo disciplinar, respeitado os princípios do contraditório e da ampla defesa, no caso de apuração de falta grave prevista no respectivo Estatuto, aplicar a penalidade de demissão ao servidor público indiciado.
- c) O poder disciplinar possibilita que as leis sejam mais bem especificadas, no sentido de garantir a sua fiel execução e aplicação. Neste sentido, não se pode jamais inovar na ordem jurídica por meio de atos regulamentares, nem criando direito novo e nem impondo nova obrigação, já que a figura dos regulamentos autônomos é estranha ao nosso ordenamento jurídico, ressalvado os casos do poder normativo constitucional.
- d) O poder de polícia caracteriza-se pelo poder-dever de restrição pela Administração Pública do exercício dos direitos de liberdade e propriedade dos particulares, expressando-se basicamente pela via da fiscalização administrativa. O poder de polícia somente pode decorrer do exercício de competências discricionárias.

53. Sobre a teoria geral dos atos administrativos, considerando que a revogação representa uma das formas de extinção de um ato administrativo, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta acerca da revogação.

- a) Pode ser aplicada tanto em relação a atos viciados de ilegalidade ou não, desde que praticados dentro de uma competência discricionária.
- b) Produz efeitos retroativos, retirando o ato do mundo jurídico, de forma a nunca ter existido.
- c) Apenas pode ocorrer em relação aos atos válidos, praticados dentro de uma competência discricionária, produzindo efeitos *ex nunc*.
- d) Pode ocorrer em relação aos atos vinculados ou discricionários, produzindo ora efeito *ex tunc*, ora efeito *ex nunc*.

54. Acerca da organização da Administração Pública, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A descentralização administrativa tem por traço essencial e característico a criação de uma nova pessoa jurídica de direito público, dotada de patrimônio próprio, pessoal e atribuições específicas, com a transferência da execução de um serviço público ou atividade administrativa específica.
- b) Segundo o artigo 37, XIX da Constituição Federal, as autarquias são criadas por lei específica, enquanto as empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações têm sua instituição autorizada por lei, cabendo à lei complementar, no caso das fundações, definir suas áreas de atuação.
- c) Não se pode confundir o fenômeno da descentralização com a desconcentração, já que aquela se caracteriza pela criação de uma nova pessoa jurídica, enquanto na desconcentração há apenas o fracionamento da atividade administrativa em diferentes órgãos, partes da mesma pessoa jurídica já existente.
- d) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos e limites previstos na Constituição Federal. Trata-se da Administração Pública centralizada, formada por entes com capacidade legislativa e dotados de autonomia orçamentária e burocrática.

55. Sobre a teoria geral das licitações e contratos administrativos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Segundo a Lei n. 8.666/93, o termo de contrato administrativo é obrigatório, por exemplo, nos casos de licitações nas modalidades de concorrência pública e tomada de preços.

- b) No âmbito da legislação federal de licitações públicas (Lei n. 8.666/93), não se pode confundir os tipos e as modalidades de licitações.
- c) A Lei n. 8.666/93 prevê uma série de cláusulas contratuais que desequilibram a relação entre as partes no contrato administrativo, chamadas de cláusulas exorbitantes, que demonstram uma situação de verticalidade contratual em favor da Administração Pública.
- d) Concluído o procedimento licitatório, homologado o resultado, declarado o vencedor, a Administração deverá celebrar o contrato com o primeiro colocado (adjudicatário), que tem direito subjetivo ao contrato administrativo, já que venceu a licitação.

56. Sobre a teoria geral das licitações e contratos administrativos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) A “*teoria do fato do príncipe*” assegura ao contratado a proteção contra o desequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato, desde que decorrente de medida proveniente da autoridade pública contratante (mesma esfera de Governo), que dificulte, onere ou torne inviável o cumprimento do contrato administrativo.
- b) O contratado, quando assina o contrato administrativo, assume integralmente tanto os riscos normais da contratação (*álea ordinária*), bem como os demais riscos decorrentes do chamado “*fato da Administração*”, não podendo reclamar por conta de tais situações imprevisíveis (*álea extraordinária*).
- c) O contratado está protegido contra situações que oneram, dificultam ou inviabilizam a execução do contrato, quando causadas pela Administração Pública, ainda que de esfera de Governo diversa da contratante, com base na “*teoria do fato do príncipe*”.
- d) A teoria geral do contrato administrativo não admite a chamada “*teoria da imprevisão*”, já que o contratado não pode cobrar da Administração Pública o ônus de situações imprevisíveis havidas durante a execução do contrato.

57. Sobre o regime jurídico dos agentes públicos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) São casos de vacância de cargo público, com extinção de vínculo, a exoneração, a demissão, a aposentadoria, a readaptação, a posse em outro cargo inacumulável e o falecimento do servidor público estatutário.
- b) Os cargos públicos eletivos e vitalícios somente podem ser ocupados por servidor público após a devida aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- c) Cargo público é o lugar, o espaço na organização do serviço público, ocupado pelo agente público, que deverá nele desempenhar suas competências legalmente atribuídas. Trata-se de uma posição jurídica que marca o regime jurídico dos agentes públicos.
- d) São casos de vacância de cargo público, sem extinção de vínculo, a promoção, a licença para tratar de interesses particulares e a readaptação.

58. Acerca dos serviços públicos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ocorre a encampação do serviço público delegado quando a Administração Pública, por motivos de interesse público justificado, havendo prévia autorização legislativa e indenização, decide por rescindir unilateralmente o contrato de delegação do serviço, passando a prestá-lo diretamente.
- b) No caso da delegação de serviço público, por meio de concessão de serviço, a caducidade consiste no retorno dos bens e serviços ao poder concedente, por conta do termo final do contrato.
- c) Poderá ocorrer a rescisão do contrato de concessão por iniciativa da concessionária, mediante ação judicial, quando do descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, devendo o concessionário continuar prestando o serviço até o trânsito em julgado da ação de rescisão.
- d) A concessão e a permissão de serviço público não ensejam a transferência da titularidade do serviço público, que permanece com o poder concedente, havendo somente a transferência da execução do serviço delegado.

59. Sobre o regime jurídico da intervenção administrativa na propriedade, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- a) A requisição administrativa consiste em ato unilateral, autoexecutável e normalmente temporário, podendo incidir sobre bens móveis ou imóveis, duráveis ou perecíveis, de uso ou de consumo, no caso de necessidade pública.

- b) A desapropriação indireta ocorre, por exemplo, nos casos em que o Poder Público apreende bens que estejam sendo ilegalmente comercializados, bem como nos casos de expropriações de terras utilizadas para o cultivo de substâncias ilegais, quando a indenização dos proprietários ocorrerá mediante Títulos da Dívida Pública.
- c) No caso do parcelamento e edificação compulsórios, esses podem ser usados pelo Poder Público Municipal e Distrital quando o proprietário do imóvel não utilizado ou subutilizado não aceitar a aplicação do IPTU com alíquota progressiva no tempo ou desapropriação para fins de reforma urbana.
- d) O registro é uma fase do procedimento de tombamento, somente ocorrendo no caso dos bens móveis, que devem ser registrados para fins de controle do Poder Público.

60. Sobre o regime jurídico dos bens públicos, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Uma creche municipal constitui-se em bem público de uso especial da Administração Pública.
- b) Os bens públicos de uso especial da Administração Pública poderão vir a integrar o patrimônio público disponível da respectiva entidade, desde que transformados em bens dominicais a partir da desafetação.
- c) Determinado bem destinado pela Administração Pública à instalação de determinada repartição governamental específica, enquanto afetado à referida finalidade, não poderá ser classificado como bem dominical.
- d) Os mares, rios e ruas públicas são considerados bens de uso especial da Administração Pública, constituindo o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público como objeto de direito (real ou pessoal) de cada uma das respectivas entidades.

DIREITO TRIBUTÁRIO

61. Sobre a sujeição passiva tributária, é correto afirmar:

- a) o contribuinte sempre será o sujeito passivo da obrigação tributária.
- b) o responsável tributário é terceiro sem relação com o fato gerador mas que pode ser sujeito passivo da obrigação tributária.
- c) o contribuinte é aquele que possui relação pessoal e direta com a situação que constitui o fato gerador.
- d) a responsabilidade tributária implica em solidariedade entre o contribuinte e o responsável.

62. Sobre a obrigação tributária, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I – a existência de uma obrigação tributária acessória pressupõe a existência de uma obrigação tributária principal.

II – pagar IPTU não é uma obrigação tributária.

III – emitir nota fiscal é uma obrigação tributária.

IV – escriturar livros fiscais é uma obrigação tributária.

V – segundo o Código Tributário Nacional, a obrigação de pagar multas e juros tributários constitui-se como obrigação acessória.

- a) apenas as alternativas I, e IV estão corretas.
- b) apenas as alternativas I, III e IV estão corretas.
- c) apenas as alternativas II e V estão corretas.
- d) apenas as alternativas III e IV estão corretas.

63. Lineu era proprietário de uma casa, motivo pelo qual possuía a obrigação de pagar o IPTU todos os anos. Lineu morreu em 31/11/2010, deixando mulher, 2 filhos e três anos de IPTU em aberto (2007, 2008 e 2009). A partilha ocorreu em 09/09/2011. Sobre a responsabilidade na sucessão por morte, é INCORRETO afirmar:

- a) com relação ao IPTU de 2010, devidamente quitado no vencimento, Lineu foi contribuinte.
- b) com relação ao IPTU de 2011, a mulher e os dois filhos são contribuintes.
- c) com relação ao IPTU de 2009, não pago no vencimento, o espólio foi responsável tributário.
- d) com relação ao IPTU de 2012, a viúva e os dois filhos figuram como contribuintes.

64. Sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, avalie o acerto das afirmações adiante e marque com (V) as verdadeiras e com (F) as falsas; em seguida, marque a opção correta.

- () o depósito do montante integral suspende a exigibilidade do crédito tributário, sendo ato para o qual não há necessidade de autorização judicial
- () o mero protocolo tempestivo de impugnação administrativa não tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário
- () o parcelamento impede o ajuizamento de execução fiscal

- a) F, F, F
- b) V, F, V
- c) F, F, V
- d) V, F, F

65. Sobre o lançamento tributário, assinale a alternativa correta:

- a) No lançamento por homologação, onde o contribuinte entrega declaração informando débito para o fisco, constitui o crédito tributário, sendo dispensado o lançamento de ofício destes valores.
- b) O lançamento por declaração se caracteriza pela grande participação do contribuinte na constituição do crédito tributário, vez que ele apresenta a matéria de fato, aplica a matéria de direito, calcula o montante do tributo e efetua seu pagamento, sem a participação da autoridade administrativa.
- c) O lançamento por homologação é aquele utilizado para constituir créditos tributários decorrentes de infrações à legislação tributária (multas).
- d) Depois de efetuado o lançamento, ele não poderá sofrer alteração.

66. Angelina arrematou um terreno no bairro Monte Verde, em um leilão judicial da 2ª Vara do trabalho de Florianópolis. Arrematou-o por R\$ 15.000,00 mas passados 3 meses, foi surpreendida com a cobrança de R\$ 2.100,00 relativos a IPTUs do terreno em atraso, dos últimos 4 anos. Questionada, a Prefeitura diz que a obrigação é *propter rem* e segue a coisa. Nestas condições, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilidade pelo pagamento do tributo é de Angelina, pois aplica-se ao caso a regra que diz que as dívidas tributárias se subrogam na pessoa do adquirente.
- b) A responsabilidade pelo pagamento do tributo deve recair sobre o antigo proprietário, uma vez que o imóvel foi adquirido através de hasta pública (leilão judicial).
- c) Quando o imóvel é adquirido em hasta pública, os débitos de IPTU subrogam-se no preço pago, de forma que Angelina receberá o imóvel livre deste ônus.
- d) A responsabilidade pelo pagamento de tributo será de Angelina se os débitos de IPTU constavam do edital. Se o edital não fazia menção, a responsabilidade pelo pagamento será do antigo proprietário.

67. A empresa Hipotético Condicional Cursos e Treinamentos Ltda. encerrou suas atividades (“fechou as portas”) sem a baixa nos órgãos competentes (Junta Comercial e Receitas Municipal e Federal), deixando em aberto dívidas de ISS – Imposto sobre Serviços e INSS – contribuição previdenciária, esta última retida do salário dos empregados, mas não recolhida. Sabendo-se que a empresa possui como sócios Agnelo, sócio cotista com 2% do capital social e Luigi, sócio administrador com 98% do capital social, assinale a alternativa correta:

- a) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio administrador.
- b) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade gera, por si só, a responsabilidade tributária do sócio administrador, independentemente do tributo suprimido.
- c) É possível a responsabilidade dos sócios cotistas (sem poder de gerência e administração) pelos débitos de ISS – Imposto sobre Serviços.
- d) Não será possível o redirecionamento da execução fiscal a nenhum dos sócios da empresa, vez que o ato de encerrar as atividades sem a comunicação dos órgãos competentes não constitui hipótese autorizadora de tal medida.

68. Relacione a segunda coluna de acordo com a primeira e, após, assinale a alternativa correta:

I – obrigação tributária

II – lançamento

III – fato gerador

IV – hipótese de incidência

() apura o montante do crédito tributário

() sua ocorrência faz nascer a obrigação tributária

() é ex lege e ilíquida

() é o fato abstratamente previsto na norma

a) I, II, III, IV

b) II, III, IV, I

c) II, III, I, IV

d) I, III, II, IV

69) Dentre os tributos abaixo, assinale aquela assertiva que contém apenas aqueles que podem ser instituídos pelos Estados:

a) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição para o Custeio do regime de previdência de seus servidores; Taxas.

b) Contribuição de melhoria; Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP; Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCMD.

c) Imposto sobre Serviços – ISS; Contribuição de melhoria; Taxas.

d) Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA; Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços – ICMS; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE.

70) Com relação à responsabilidade tributária por sucessão empresarial, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A pessoa jurídica resultante de incorporação é responsável tributária pelos tributos deixados em aberto pela incorporada, eventualmente devidos até a data do ato de incorporação.

b) O adquirente de fundo de comércio responde solidariamente com o alienante pelos tributos eventualmente devidos até a data do ato de alienação.

c) Caso o alienante do fundo de comércio deixe de explorar atividade empresarial imediatamente após a alienação, a responsabilidade tributária do adquirente será integral.

d) Caso o alienante do fundo de comércio continue a explorar atividade empresarial imediatamente após a alienação, a responsabilidade tributária do adquirente será subsidiária.

DIREITO EMPRESARIAL

71) De acordo com a Teoria da Empresa, implementada pelo Código Civil, que trata do estabelecimento, dentre as alternativas abaixo, assinale a INCORRETA:

a) Pode o estabelecimento ser objeto unitário de direito e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

b) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros com a assinatura das partes contratantes.

c) Considera-se estabelecimento todo complexo de bens organizado, para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária.

d) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de 1 (um) ano, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.

72) No que se refere à sociedade limitada, dentre as alternativas abaixo, assinale a correta:

- a) Na sociedade limitada os sócios podem integralizar o capital social por ele subscrito com bens, dinheiro ou prestação de serviços.
- b) Independente do número de sócio, na sociedade limitada, as deliberações são tomadas em assembleia.
- c) A administração atribuída no contrato social, da sociedade limitada, a todos os sócios não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.
- d) A regência supletiva na sociedade limitada dá-se pelas normas da sociedade anônima, independentemente de previsão no contrato social.

73) O Código Civil, ao tratar das sociedades, determina a responsabilidade dos sócios para cada tipo societário. Examine as alternativas abaixo e assinale a correta.

- a) Na sociedade em nome coletivo todos os sócios respondem limitadamente pelas obrigações sociais.
- b) Na sociedade limitada a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- c) Na sociedade em comandita simples os sócios comanditados respondem limitadamente pelas obrigações sociais; e os sócios comanditários são responsáveis solidária e ilimitadamente.
- d) Na sociedade anônima, o capital social divide-se em ações, obrigando-se cada sócio ou acionista somente pelo preço de emissão das ações que integralizar.

74) De acordo com o direito empresarial, que trata da sociedade simples, assinale a alternativa correta:

- a) Na sociedade simples, no caso de cessão de quotas, até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.
- b) Na sociedade simples, o sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, não responde pela evicção ou pela solvência do devedor, aquele que transferir o crédito.
- c) A sociedade simples constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público e o registro deverá ser feito nos 30 (trinta dias) subsequentes à sua constituição junto ao Registro Público de Empresas Mercantis.
- d) Na sociedade simples é permitida a inclusão, no contrato social, de cláusula que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

75) Segundo a Lei n. 11.101/05, que trata da falência e da recuperação da empresa, assinale a alternativa correta.

- a) Os créditos tributários prevalecem a todos os demais créditos na ordem de classificação de créditos.
- b) Os créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por trabalhador, serão pagos tão logo haja disponibilidade em caixa.
- c) Os créditos quirografários são os últimos na ordem de classificação de créditos concursais.
- d) Os créditos concursais serão pagos com precedência sobre os créditos extraconcursais.

76) A Lei n. 11.101/05 trata da recuperação da empresa e apresenta duas modalidades de recuperação: a recuperação extrajudicial e a recuperação judicial. Dentre as alternativas abaixo assinale a alternativa INCORRETA. Poderá requerer a recuperação judicial o devedor que no momento do pedido:

- a) exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (anos) e que atenda os requisitos exigidos na Lei.
- b) não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes.
- c) não tiver há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial.
- d) não tiver, há menos de 8 (oito) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial.

77) De acordo com a Lei n. 11.101/05, que trata da falência e da recuperação da empresa, assinale a alternativa correta.

- a) Da decisão que decreta a falência cabe apelação, e da sentença que julga a improcedência do pedido cabe agravo.
- b) O administrador judicial será profissional idôneo, advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.
- c) O plano especial de recuperação judicial, aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte preverá parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros equivalentes à taxa de Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, podendo conter ainda a proposta de abatimento do valor das dívidas.
- d) Extingue-se as obrigações do falido o pagamento, depois de realizado todo o ativo de mais de 40% (quarenta por cento) dos créditos quirografários, sendo facultado ao falido o depósito da quantia necessária para atingir essa porcentagem se para tanto não bastou a integral liquidação do ativo.

78) De acordo com a legislação pertinente, que trata sobre o cheque, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de o portador do cheque promover a sua execução prescreve em 6 (seis) meses a partir da sua apresentação.
- b) Se o emitente do cheque, por distração, ao emití-lo, escrever mais de uma vez a quantia, quer por extenso, quer por algarismos, prevalece, no caso de divergência, a indicação da maior quantia.
- c) A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão não invalidam os efeitos do cheque.
- d) O pagamento do cheque se fará à medida em que forem apresentados os cheques e se 2(dois) ou mais forem apresentados simultaneamente, sem que os fundos disponíveis bastem para o pagamento de todos, terão preferência os de valores mais altos.

79) De acordo com a legislação pertinente aos títulos de crédito, assinale a alternativa correta:

- a) Na letra de câmbio o aceite não pode ser dado na forma de aceite modificativo ou aceite limitativo
- b) No cheque, o aval tem o mesmo efeito do endosso.
- c) A nota promissória é uma promessa de pagamento, à vista ou a prazo, feito por escrito, por uma pessoa em benefício de outra ou à sua ordem e que se completa pelo aceite.
- d) As fundações que se dediquem à prestação de serviços poderão, na forma da Lei, emitir fatura e duplicata. Os profissionais liberais e os que prestam serviço de qualquer natureza eventual podem, também, emitir faturas e duplicatas, desde que o valor do serviço atenda ao determinado em Lei.

80) De acordo com a Lei n. 6.404/76, que trata das sociedades por ações, assinale a alternativa correta:

- a) A constituição da sociedade anônima depende da subscrição, pelo menos por 2 (duas) pessoas, de todas as ações em que se divide o capital social fixado no estatuto e a realização do depósito, como entrada, a ser feito no Banco do Brasil, ou em outro estabelecimento bancário autorizado pela CVM, de 15% (quinze por cento), no mínimo, do preço de emissão das ações subscritas em dinheiro, cujo depósito deverá ser feito
- b) Na sociedade anônima o número de ações preferenciais sem direito de voto, ou sujeitas à restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.
- c) A sociedade anônima terá o capital social dividido em ações, e a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas ações, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.
- d) As sociedades anônimas podem emitir ações nominativas e ações escriturais. A propriedade das ações nominativas presume-se pela inscrição do nome do acionista no livro de “Registro de Ações Nominativas” ou pelo extrato que seja fornecido pela instituição custo diante, na qualidade de proprietária fiduciária das ações.

JUIZADOS ESPECIAIS

81. Sobre a suspensão condicional do processo, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de instituto despenalizador criado a partir dos institutos “guilty plea” e “plea bargaining” oriundos do direito norte-americano;

- b) Trata-se de instituto despenalizador criado a partir do instituto representado pela expressão “nolo contendere” e oriundo do direito italiano.
- c) Trata-se de instituto despenalizador criado a partir dos institutos “guilty plea” e “plea bargaining” oriundos do direito italiano;
- d) Trata-se de instituto despenalizador criado a partir do instituto representado pela expressão “nolo contendere” e oriundo do direito norte-americano.

82. A súmula vinculante n. 35 assim disciplinou o tema referente à transação penal:

- a) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei n. 9.099/95 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante o oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- b) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei n. 9.099/95 não faz coisa julgada formal e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante o oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial;
- c) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei n. 9.099/95 faz coisa julgada formal e, descumpridas suas cláusulas, não é possível se retornar a situação anterior, impossibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante o oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial;
- d) A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei n. 9.099/95 faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, não é possível se retornar a situação anterior, impossibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante o oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

83. O rito do procedimento sumaríssimo previsto no juizado especial criminal é assim disciplinado:

- a) Aberta a audiência de instrução e julgamento, interroga-se o réu, passando-se posteriormente à oitiva das testemunhas de defesa e acusação, após o qual as partes oferecem as alegações finais, iniciando-se pelo Ministério Público.
- b) Aberta a audiência de instrução e julgamento, inicialmente oferece-se a defesa prévia e, recebida a denúncia, passa-se à oitiva das testemunhas de acusação e defesa e interrogatório, após o qual as partes oferecem as alegações finais, iniciando-se pelo Ministério Público.
- c) Aberta a audiência de instrução e julgamento, interroga-se o réu, passando-se ao recebimento ou rejeição da denúncia. Caso recebida, realiza-se a oitiva das testemunhas de acusação e defesa, após o qual as partes oferecem as alegações finais, iniciando-se pelo Ministério Público.
- d) Aberta a audiência de instrução e julgamento, inicialmente oferece-se a defesa prévia e, recebida a denúncia, interroga-se o réu, passando-se para oitiva das testemunhas de acusação e defesa, após o qual as partes oferecem as alegações finais, iniciando-se pelo Ministério Público.

84. Sobre os crimes de menor potencial ofensivo é correto afirmar que:

- a) As Leis do Juizado Especial Criminal Federal e Estadual definiram, desde o início, que os crimes de menor potencial ofensivo seriam aqueles cuja pena máxima fosse até dois anos já que inconcebível, no mesmo ordenamento, definições diversas sobre crime de menor potencial ofensivo.
- b) O Estatuto do Idoso, ao prever a aplicação da Lei 9099/95 aos crimes com pena máxima de até 4 (quatro) anos alterou o conceito do crime de menor potencial ofensivo, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal
- c) A suspensão condicional do processo aplica-se na Justiça Militar.
- d) A Lei n. 9099/95 aplica-se às lesões corporais ocorridas em acidente de trânsito, observadas as exceções previstas na lei n. 9.503.

85. Assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível a realização de nova tentativa de composição cível ou transação penal antes de se iniciar a audiência de instrução e julgamento em virtude da preclusão lógica;
- b) Na audiência preliminar, é dispensável a presença de advogado para prestar assistência ao acusado, pois a composição cível e a transação penal não implicam em uma condenação, sendo meras medidas despenalizadoras.

- c) A composição civil regularmente homologada forma um título executivo. No entanto, caso não pago o valor, é necessária a posterior propositura de ação monitória para cobrar o valor pactuado.
- d) Não se aplica o artigo 73 do Código de Processo Penal na Lei dos Juizados Especiais Criminais. O artigo serve sobre a possibilidade de a vítima escolher o domicílio do réu para propor a ação no caso de crime de ação penal privada.

86. Sobre as Turmas Recursais dos Juizados Especiais, é correto dizer:

- a) Estruturalmente, a Turma Recursal julga com 3 Juízes de 1º Grau, embora composta por 4 membros.
- b) Estruturalmente, a Turma Recursal é composta por 3 Juízes de 1º Grau.
- c) Para composição de julgamento, a Turma Recursal conta com 4 Juízes de 2º Grau.
- d) É possível um Desembargador Substituto compor uma Turma Recursal, observada a legislação federal em cotejo com a normatização catarinense.

87. Entre as prioridades operacionais dos Juizados Estaduais (Recomendação nº 1/2005/CNJ), pode-se elencar:

- 1. Aplicação dos recursos orçamentários de forma proporcional ao volume de demanda dos juizados especiais.
- 2. Propiciar estrutura física, tecnológica e de pessoal adequada para processar os feitos de sua competência e gerar indicadores para medir esta adequação.
- 3. Existência na estrutura de cada tribunal de um órgão colegiado composto paritariamente por magistrados atuantes no sistema de juizados especiais e desembargadores, com o objetivo de planejar e supervisionar a implantação das políticas e ações estratégicas.
- 4. Que cada turma recursal conte com pelo menos um juiz atuante no Juizado Especial.
- 5. Adoção dos indicadores (dados estatísticos) do Conselho Nacional de Justiça como padrão para todos os tribunais.

- a) 1 e 2 não são prioridades operacionais.
- b) 3 e 5 não são verdadeiras.
- c) 2, 3 e 4 não se aplicam aos Juizados dos Estados.
- d) 1 e 4 são verdadeiras.

88. Pode-se dizer que é emanção do princípio da economia processual para Juizados Especiais (assinale a única ERRADA):

- a) Atividades voltadas à redução máxima da atividade judicante (decisões).
- b) Aproveitamento de atos presenciais para comunicações relativas ao processo.
- c) Não cobrança de custas processuais.
- d) Marcação de datas para publicação das decisões, para contagem conjunta de prazo e evitar emissão de expedientes.

89. Sobre as posturas de Mediador e de Conciliador, observando a técnica referida em sala de aula, é correto afirmar (apenas uma alternativa):

- a) A confidencialidade deve ser pactuada entre as partes no início da audiência, relativamente ao que for dito e/ou admitido durante a sessão, já que não há respaldo normativo com relação a deixar de se constar em ata algo que ocorreu durante audiência e processo durante sua tramitação.
- b) A audiência de conciliação/mediação é abrangida pelo princípio fundamental da confidencialidade, com algumas exceções previstas expressamente, nada que for dito ou declarado pode ser utilizado como meio de prova no mesmo processo.
- c) Resolução nº 125/2010 do CNJ proíbe a confidencialidade, garantido seja registrada em ata qualquer admissão de fato ou pedido por alguma das partes durante a sessão conciliatória.
- d) Cabe ao Conciliador/Mediador testemunhar no processo para informar que durante a sessão conciliatória a parte ré, eventualmente, tenha admitido algum fato que fora formalmente contestado.

90. Considerando a legislação vigente incidente no Sistema de Juizados Especiais (em destaque quanto ao Juizado Especial Cível), é correto afirmar:

- a) O prazo para embargos de declaração suspende (e não interrompe) a fluência de prazos.
- b) A contradição que fundamenta embargos de declaração é a interna, ou seja, entre a sentença e as provas e argumentos trazidos aos autos.
- c) A contradição que fundamenta embargos de declaração é a interna, ou seja, entre a sentença e as provas trazidas aos autos.
- d) Não é cabível o manejo dos embargos declaratórios para sanar dúvida.

LEIS ESPECIAIS

91. Dadas as assertivas abaixo, segundo a Lei n.º 12.651/2012, assinale a alternativa correta quanto às áreas de preservação permanente.

- I. Nas acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a 1 (um) hectare, fica dispensada a reserva da faixa de proteção prevista para as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais e para as áreas no entorno dos reservatórios d'água artificiais, decorrentes de barramento ou represamento de cursos d'água naturais;
- II. As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em zonas rurais, com corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, a faixa de proteção será de 50 (cinquenta) metros;
- III. Nos imóveis rurais com até 15 (quinze) módulos fiscais, é admitida, nas faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, e nas áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, a prática da aquicultura e a infraestrutura física diretamente a ela associada, desde que: sejam adotadas práticas sustentáveis de manejo de solo e água e de recursos hídricos, garantindo sua qualidade e quantidade, de acordo com norma dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente; esteja de acordo com os respectivos planos de bacia ou planos de gestão de recursos hídricos; seja realizado o licenciamento pelo órgão ambiental competente; o imóvel esteja inscrito no Cadastro Ambiental Rural – CAR e não implique novas supressões de vegetação nativa.

- a) Está correta apenas a assertiva I.
- b) Está correta apenas a assertiva II.
- c) Está correta apenas a assertiva III.
- d) Estão corretas todas as assertivas.

92. Dadas as assertivas abaixo, segundo a Lei n.º 12.651/2012, assinale a alternativa correta.

- I - Área de Preservação Permanente – APP é espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;
- II - Reserva Legal é área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;
- III - unidade de conservação é área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

- a) Estão corretas apenas as assertivas I e II.
- b) Está correta apenas a assertiva II e III.
- c) Estão corretas todas as assertivas.
- d) Nenhuma assertiva está correta.

93. De acordo com a sistemática legal estabelecida pelo Código do Consumidor, em caso de um acidente de consumo que causa danos à integridade física da pessoa, qual dos fornecedores abaixo indicados possui responsabilidade subsidiária em relação ao lesado:

- a) o fabricante
- b) o comerciante
- c) o importador
- d) o construtor

94. Assinale a alternativa INCORRETA no que tange à oferta prevista no Código do Consumidor:

- a) deve-se assegurar informações claras, precisas e em língua portuguesa;
- b) vincula o fornecedor mesmo quando divulgada por meio eletrônico;
- c) não integra o contrato que vier a ser celebrado;
- d) o fabricante deve assegurar a oferta de peças de reposição enquanto não cessar a fabricação do produto.

95. Quanto à inversão do ônus da prova nas ações de consumo, é INCORRETO afirmar:

- a) pode ser deferida independentemente de pedido expresso da parte;
- b) sua aplicação, no processo civil, fica a critério do juiz;
- c) não pode ser ordenada em relação aos profissionais liberais;
- d) pode ser ordenada quando o juiz constatar, em processos cíveis, a vulnerabilidade do consumidor em relação a aspectos técnicos do funcionamento do produto.

96. Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) Preconiza a Teoria da Proteção Integral, equivalente à Doutrina da Situação Irregular de crianças e adolescentes.
- b) Trata, exclusivamente, de crianças e adolescentes pobres, abandonados ou autores de atos infracionais.
- c) Cria um sistema de garantias de direitos fundamentais exclusivamente para crianças e os adolescentes vulneráveis economicamente.
- d) Adota a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento como critério interpretativo.

97. Quanto ao juiz da infância e da juventude, analise a assertiva correta:

- a) Cabe ao juiz da infância e da juventude da comarca respectiva, apenas mediante provocação, iniciar procedimento de apuração de irregularidades em entidades de atendimento a crianças e adolescentes.
- b) O juiz da Infância e da juventude pode rever decisão do conselho tutelar da mesma comarca, se provocado por quem tenha legítimo interesse.
- c) A remissão concedida a adolescente em conflito com a lei, por ocasião da audiência preliminar, não depende de homologação pelo juiz da infância e da juventude competente.
- d) O Juiz da Infância e da Juventude não é considerado competente para fiscalizar entidades de atendimento socioeducativo, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

98. Sobre a Adoção, analise as assertivas seguintes e assinale a correta:

- a) A lei 12.010/2009 inovou ao reconhecer o direito de pessoas adotadas conhecerem a própria origem, porém exclusivamente após atingirem 18 anos.
- b) Ainda no que se refere à habilitação de postulantes a adotantes e à sua preparação psicossocial e jurídica, é obrigatório o contato com crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar ou institucional em condições de serem adotados, a ser realizado sob a orientação, supervisão e avaliação da equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, com o apoio dos técnicos responsáveis pelo programa de acolhimento familiar ou institucional e pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.
- c) Os pretendentes à adoção devem ser cadastrados e habilitados no Juízo da Infância e da Juventude. Todavia, a inscrição de postulantes à adoção será precedida de um período de preparação psicossocial e jurídica, orientado pela equipe técnica da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.
- d) Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, ocorrerá no período mais adequado, a critério do Juízo da Infância e da Juventude competente, não havendo determinação legal de período mínimo ou máximo.

99. Assinale a alternativa correta:

- a) O vice-prefeito não precisa se afastar do cargo para concorrer a qualquer cargo eletivo.
- b) Na ação de investigação judicial eleitoral por abuso do poder econômico se exige a demonstração da potencialidade do ato para influir no resultado do pleito.
- c) O partido não pode estabelecer no estatuto prazo de filiação, para concorrer a cargo eletivo, diferente daquele previsto na Lei n. 9.504/97.
- d) Somente a lei poderá fixar, para cada eleição, o limite de gastos com campanha eleitoral.

100. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No sistema proporcional são considerados eleitos os candidatos mais votados na ordem decrescente de votação, até o número de vagas existentes.
- b) Para concorrer às eleições o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.
- c) É vedado aos candidatos participar de inauguração de obra pública nos três meses que antecedem a eleição.
- d) É vedado aos candidatos receber recursos de entidade estrangeira para financiar a campanha eleitoral.